

**RCD no RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.781 - RS (2019/0266980-1)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**REQUERENTE : LANCASTER BENEFICIAMENTOS TÊXTEIS LTDA**  
**ADVOGADOS : RENATO ALMEIDA COUTO DE CASTRO JUNIOR E**  
**OUTRO(S) - SC017801**  
**FERNÃO SERGIO DE OLIVEIRA - SC028973**  
**DANIEL TAMBOSI - SC048848**  
**REQUERIDO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de agravo em recurso especial e pedido de reconsideração interpostos contra decisão que não conheceu do recurso especial fundamentada na incidência da Súmula n. 284/STF e na impossibilidade de este Superior Tribunal rever acórdão do tribunal *a quo* que demanda interpretação de preceitos e dispositivos constitucionais.

A Requerente sustenta, em síntese, que "não há como concordar que as contribuições de PIS e COFINS incidam sobre a própria base de cálculo sob o argumento de que a Lei nº 12.973/2014, autoriza a inclusão dos referidos valores, tampouco que não houve violação ao art. 145 § 1º e o 150 da CRFB/88".

**Feito breve relato, decidido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, IV e V, do Código de Processo Civil de 2015, combinados com os arts. 34, XVIII, b e c, e 255, I e II, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, respectivamente, a:

i) não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

ii) negar provimento a recurso ou pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do

tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ; e

iii) dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

*“O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.*

Inicialmente anoto a impossibilidade de examinar o Agravo em Recurso Especial por tratar-se de recurso destinado a impugnar decisão de inadmissibilidade do recurso especial realizada na instância ordinária.

Quanto ao pedido de reconsideração, mantenho a decisão por seus próprios fundamentos.

Isto posto, com fundamento no art. 932, III e IV, do Código de Processo Civil e art. 34, XVIII, *a e b*, do Regimento Interno desta Corte, **indefiro o pedido.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora